

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Senhor Arnaldo Jordy)

Requer informações do Sr. Paulo Bernardo, Ministro das Comunicações sobre “o mercado ilegal de concessões de rádio e TV”, por meio dos “chamados contratos de gaveta” e uso de laranjas, veiculada pela imprensa nacional.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado o pedido de informações, a seguir formulado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Sr. Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações sobre, o “mercado ilegal de concessões de rádio e TV”, por meio dos “chamados contratos de gaveta” e o uso de laranjas, como veiculado pela grande imprensa nacional.

Segundo informações veiculadas pela imprensa nacional, concessões recém aprovadas pelo governo estão à venda abertamente em sites especializados na internet, contrariando a lei, e sobretudo ferindo a Constituição Federal.

Neste sentido, solicitamos os seguintes esclarecimentos ao Sr. Ministro:

- 1) Quais foram e quais serão as ações adotadas pelo Ministério para coibir este “mercado”?
- 2) Quantas concessões foram “transferidas” por esta metodologia, e se possível discriminá-las por Estado da Federação?
- 3) Quem são os principais compradores e vendedores deste mercado?

JUSTIFICAÇÃO

Conforme amplamente divulgado, este “mercado” está em expansão, vicejando em todo o território nacional, inclusive, com anúncios de compra e venda através de mídias especializadas, numa violação diuturna e continuada da lei.

Na matéria, o jornal que a veicula, consegue identificar e nominar os principais clientes deste comércio. Certamente, o que explica, em grande parte, o surgimento da burla à regra que impede igrejas (de todas as vertentes), de serem concessionárias.

Este assunto sensibilizou, e muito, esta Câmara dos Deputados, que por meio do seu Órgão Técnico que analisa os processos de autorização e renovação das concessões dos serviços de radiodifusão a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, adotou a medida inédita e extrema de suspender as homologações das outorgas em andamento na Casa, tal a gravidade, amplitude e extensão dos fatos.

Face da clara relevância nacional do assunto, requeiro a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos legais e regimentais, ao Excentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

Sala das Sessões, em, de de 2011.

DEPUTADO ARNALDO JORDY PPS-PA